O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 40 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7803986

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

AS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS E O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MILITARES PELOS EUA PARA AMÉRICA DO SUL NA GUERRA FRIA

Higor Ferreira Brigola[1]

Vinicius Modolo Teixeira[2]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o fornecimento de equipamentos militares pelos EUA aos países sul-americanos durante o período da Guerra Fria. Busca-se a princípio abordar agenda estratégica dos EUA para o subcontinente e, em seguida, procura-se avançar cronologicamente pelas décadas mais significativas da bipolaridade, as quais marcaram os avanços e os retrocessos no tocante aos acordos militares e transferência de equipamentos estadunidenses para a América do Sul. Para responder ao objetivo proposto, foi realizada pesquisa bibliográfica, acesso aos dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), bem como pesquisa em demais fontes especializadas nesta temática.

Palavras Chave: América do Sul; EUA; Guerra Fria.

Abstract

This article aims to analyze the supply of military equipment by the United States to South American countries during the Cold War period. At first, it seeks to address the US strategic agenda for the subcontinent and, then, it seeks to advance chronologically through the most significant decades of bipolarity, which marked the advances and setbacks regarding military agreements and the transfer of US equipment to South America. To respond to the proposed objective, bibliographical research was carried out, access to data from the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), as well as research in other specialized sources on this subject.

Keywords: Cold War; South America; USA.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo explorar as relações entre os EUA e os países da América do Sul no que se refere ao fornecimento de equipamentos militares durante o período da Guerra Fria. A partir da revisão bibliográfica e do acesso a dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), bem como de outras fontes, buscamos contextualizar e analisar como se desenvolveu a política de transferência e venda de armas dos EUA para os países da região durante os anos em que a ordem mundial foi guiada pelo paradigma da bipolaridade. Nesse sentido, apresentamos na primeira seção desse trabalho as estratégias que guiavam a geopolítica estadunidense e como a América do Sul estava inserida no contexto da Guerra Fria ao longo das décadas desse conflito. Na sequência, passamos a explorar os primeiros anos desse período e como se desenvolveram os acordos militares estabelecidos entre a superpotência capitalista e os países sul-americanos. Na terceira seção, abordamos a década de

[1] Professor do Ensino Básico e Superior. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: higorbrigola@gmail.com

[2] Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Geografia. E-mail: vinicius.teixeira@unemat.br

1970 em específico, por considerar o período distinto dos demais, quando o mercado de armas dos países da região passa a ser disputado também por países europeus, forçando uma revisão da política armamentista dos EUA. Na quarta seção, ao tratar da década final da Guerra Fria, apontamos como o conflito das Malvinas e a política de Guerra às Drogas influenciou na transferência de armas para a América do Sul.

A GUERRA FRIA E A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial se desenvolveu em torno da bipolaridade gerada pelos dois antigos aliados do conflito mundial e desde então, superpotências, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse novo momento, as alianças militares surgiram como instrumento para ordenação do cenário estratégico mundial, separando o planeta entre países alinhados a cada um dos lados, e países neutros, tornando-se também, uma forma de regionalização do mundo a partir das Organizações de Cooperação em Defesa (TEIXEIRA, 2020).

Seguindo uma visão mackinderiana da geopolítica mundial, os EUA fixaram sua atenção na posição territorial e na esfera de influência que a URSS havia conquistado após o conflito mundial, exatamente sobre o *Heartland*, e tal como havia alertado o geógrafo britânico ao longo da primeira metade do século. Assim, o pensamento estratégico dos EUA durante esse período foi guiado pelas ideias de Mackinder e autores que debateram suas ideias, como Nicholas Spykman e George Kennan, os quais se debruçaram sobre as possibilidades de utilização de outras porções territoriais da massa eurasiática utilizando-as para conter a URSS em seus próprios domínios.

Essa estratégia, no entanto, demonstrava que o grande jogo da geopolítica mundial se daria pela disputa dos territórios que circundavam o *Heartland*, chamados por Spykman (2008) de *Rimland*, ao mesmo tempo em que relegava as outras porções do planeta a um papel secundário. A América do Sul, nesse sentido, estava disposta muito distante dos principais territórios a serem disputados, e estava alinhada aos interesses estadunidenses. Nesse sentido os EUA promoveram a manutenção dos laços já estabelecidos e a aproximação com países que haviam permanecido neutros na Segunda Guerra, como a Argentina, ampliando a cooperação comercial e também a militar, readequando sua geoestratégia para a América do Sul com o novo momento mundial (MONIZ BANDEIRA, 2003).

A consolidação do poder global dos EUA estava ancorada na necessidade de conter o avanço soviético na região do *Rimland*, este objetivo ficou transparente no pronunciamento do então presidente Harry Truman, em 1947. A América do Sul pelo fato de estar localizada na zona de influência imediata dos EUA, assumiu uma posição secundária na agenda externa estadunidense, contudo, não ocorreu uma

negligência do governo de Washington para com a região, "pois alguns planos já ensaiados no contexto da Segunda Guerra Mundial se tornariam realidade durante os primeiros anos da Guerra Fria" (BRIGOLA, 2021, p. 62).

Deste modo, a "solidariedade" hemisférica no continente americano resultou na formulação de laços militares que tivesse todo o continente como dimensão, com o intuito de prevenir ataques externos e condicionar esses países para uma eventual luta ao lado dos EUA, com fornecimento de equipamentos e treinamento (BRIGOLA, 2021). Desde o início do século XIX os Estados Unidos sinalizavam um plano de segurança hemisférica para promover sua influência sobre os territórios americanos. No entanto, somente já avançado o século XX, a partir dos eventos da Segunda Guerra Mundial, as condições para realização dos planos se tornam realidade, inicialmente com a formação da Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942.

Já em 1947, mesmo ano do pronunciamento da Doutrina Truman, a ideia de uma aliança cobrindo todo continente americano é formalizada com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Também conhecido como Tratado do Rio, o TIAR era a primeira expressão regional da Doutrina Truman na América Latina e institucionalizava os mecanismos de segurança hemisférica previstos na Ata de Chapultepec. Sendo assim,

> [...] nesse momento, as alianças da guerra estavam desfeitas e a URSS era considerada uma força agressiva em busca de expansão. O tratado configura-se, então, como um pacto de segurança e defesa coletiva, e, ao invés de acordos bilaterais, estabelece um acordo de assistência militar mútua multilateral contra ameaças externas; que recomenda aos Estados o uso de métodos pacíficos de solução de conflitos, condenado o uso da força ou o recurso à guerra. A sua ideia era a da formação de uma frente comum em caso de ataque a qualquer membro, invocando o exercício imanente da legítima defesa individual ou coletiva (PAGLIARI, 2006, p. 29).

Posteriormente ao TIAR, os EUA viriam a propor tratados em outras regiões do globo, garantindo para si uma composição de aliados e alianças que poderiam se contrapor à ameaça soviética. Em 1949, os EUA junto ao Canadá e outros aliados europeus formaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que viria a se tornar a principal organização para contrapor o poderio soviético. Na sequência, iriam promover a criação do Tratado Austrália, Nova Zelândia e EUA – ANZUS (1951); da Organização do Tratado do Sudeste Asiático - SEATO (1954); e da Organização do Tratado Central – CENTO (1955). Ao lado do TIAR, esses outros tratados se distribuíam ao redor do planeta, se transformando na expressão militar da Teoria da Contenção de Kennan (GADDIS, 2005), e da Doutrina Truman, e que tecnicamente poderíamos compreendê-las como Organizações de Cooperação em Defesa – OCDs (TEIXEIRA, 2020).

De acordo com Veneroni (1971), nos governos de Harry Truman (1945- 1953) e, principalmente, do general Dwight D. Eisenhower (1953-1961), os EUA mantiveram a doutrina fundamentada no risco de agressão extracontinental, o que significou que os países latino-americanos desempenhariam o papel tradicional da proteção da soberania política de seus territórios. Nessa perspectiva, o TIAR serviria mais como um anteparo contra agressões oriundas de rivais dos EUA do que como uma aliança militar moderna.

Como demonstra Giannasi (2011), por meio do TIAR, os militares latino-americanos se encontraram em uma condição de subordinação aos comandos estadunidenses, em especial devido aos treinamentos que estes militares receberam nos EUA por meio da Política de Segurança Nacional e do Plano de Assistência Militar (PAM) de 1952, detalhados mais adiante.

Por conta da implementação da Doutrina de Segurança Nacional, instaurada em 1947 a partir do *Nacional Security Act*, foram criados o Conselho de Segurança Nacional (*Nacional Security Council*, NCS) e a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA). O Conselho de Segurança Nacional foi o ambiente em que as primeiras ideias sobre o embate com o bloco socialista ganharam forma, sendo que a síntese do pensamento estratégico dos EUA pode ser encontrada no documento NSC-68, datado de 1950.

Já em 1948, durante a 9ª Conferência Pan-Americana, em Bogotá, foi criada a Organização dos Países Americanos (OEA). Os objetivos desta organização eram complementares aos do TIAR, contudo, sua natureza não visava a cooperação militar, mas o fortalecimento da solidariedade no campo político, "propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério" (PECEQUILO, 2011, p. 220).

> O TIAR e a OEA se baseavam em quatro princípios jurídicos essenciais: a) a não-intervenção, b) a igualdade jurídica dos Estados, c) o arranjo pacífico das diferenças e d) a defesa coletiva contra agressões... Os primeiros dois princípios implicam a defesa da soberania dos Estados; os outros dois enfatizam a cooperação entre eles. Em certos momentos, essas duas ideias básicas se tornam contraditórias na prática. Em todo caso, as duas últimas podem ser administradas pela potência hegemônica (BOERSNER, 1990, p. 238 *apud* AYERBE, 2002, p. 82).

O TIAR passou a ser um corolário no exercício da influência dos EUA sobre os países americanos das mais variadas formas, como: programas de ajuda militar, venda ou transferência de armas, além de transmitir sua doutrina por meio do treinamento de oficiais em suas escolas militares (COMBLIN, 1978). Por meio oficialização do Programa de Assistência Militar (PAM), de 1952, instituído pela Lei de Segurança Mútua de 1951, os EUA apoiaram com equipamentos militares os países da região que ratificassem o acordo de caráter bilateral com Washington (COMBLIN, 1978). Entre os anos de 1952-1955, Chile, Cuba, Colômbia, Brasil, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras,

Nicarágua, República Dominicana, Peru e Uruguai assinaram tratados de cooperação bilateral com os EUA, a que se seguiram anos mais tarde a Bolívia, em 1958; e a Argentina, em 1964 (VENERONI, 1975). Ainda segundo Veneroni (1975), estes equipamentos foram fornecidos por meio de empréstimos, doações ou vendas a preços modestos, sendo os mesmos, materiais excedentes da Segunda Guerra Mundial (VENERONI, 1975; GUIMARÃES 1987 *apud* PENHA, 2011).

Seguindo outro ponto de vista, Comblin (1978) corrobora que os EUA se desfizeram de equipamentos antiquados ao enviar estes materiais bélicos aos países da América Latina, e ainda, isto contribuiu para a dependência dos países latino-americanos em relação ao complexo industrial-militar estadunidense, sendo que, seria necessário o fornecimento de peças e de técnicos dos EUA para os serviços de treinamentos e de manutenção periódica dos equipamentos.

> Desse modo, além de os EUA tentarem criar um monopólio no comércio de equipamentos militares com a América Latina, buscando diminuir o comércio da região com os europeus – que sempre foram exportadores tradicionais desses equipamentos ao subcontinente –, a forte dependência buscava também impedir o desenvolvimento de uma indústria de defesa autônoma nos países latino-americanos (BRIGOLA, 2021, p. 69).

Dado o período da Guerra Fria compreender mais de quatro décadas, a transferência de armas dos EUA para os países latino-americanos se desenvolveu de maneira diferente ao longo desses anos, desse modo, não podendo ser compreendido de forma contínua, com um único padrão. Assim passaremos a análise dos períodos selecionados e dos respectivos interesses associados a essas negociações.

DOS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA FRIA AOS ANOS 1960

Logo após o fim da Segunda Guerra o desenvolvimento tecnológico na área de defesa se apresentou de modo bastante acelerado, derivado dos investimentos e pesquisas realizadas durante o confronto e que ainda produziam frutos em várias áreas, somado ao novo conflito que se apresentava no horizonte. De efeito, o rápido avanço tecnológico gerou uma grande quantidade de material obsoleto e que haviam sido produzidos em enormes quantidades para o conflito mundial poucos anos antes. Entre as potências mundiais, mas principalmente entre as superpotências, a busca pela renovação de seus arsenais e a manutenção da dianteira tecnológica conduziu-os a uma sucessiva substituição de equipamentos militares, os quais eram descartados por obsolescência em alguns casos com menos de cinco anos de uso.

Esse fato é bastante sensível quando são analisadas as composições das equipagens das forças aéreas dos países mais desenvolvidos no pós-Guerra. Entre o fim da Segunda Guerra, em 1945, e o início dos anos 1960, a tecnologia aeronáutica militar saiu do uso de aeronaves propulsadas por motores à pistão e impelidos à hélices, para aeronaves com motores à jato que alcançavam velocidades duas vezes superior à do som. Assim, somente os países envolvidos diretamente na nova disputa detinham condições de sustentar os gastos para um contínuo aprimoramento de seus arsenais.

Apesar de distantes das principais áreas de tensão, o papel destinado aos países latino-americanos no início da Guerra Fria, também trazia a necessidade de aquisição de equipamentos militares à região para renovação de seus equipamentos obsoletos. Nesse primeiro momento, ainda sem a formalização dos acordos militares com os EUA e uma sinalização mais clara de suas intenções, o caminho encontrado foi a aquisição do material oriundo da Segunda Guerra e já descartado, ou ainda uma negociação mais vantajosa com os países europeus.

Isso se torna evidente quando analisamos as compras dos primeiros aviões à jato utilizado na América do Sul. A Argentina foi a primeira nação a introduzir aeronaves do tipo, no ano de 1947, com a compra de 100 caças *Meteor* da Grã-Bretanha, com a qual mantinha excelente relações à época, além de pauta de exportação superavitária. Já o Brasil só conseguiria suas aeronaves do mesmo modelo em 1953, após entendimentos com o governo inglês para a troca de 70 aeronaves por algodão brasileiro (BUTTLER; BUTTLER, 2006). O Chile conseguiria apenas cinco unidades do caça inglês *Vampire,* em 1954 (OLEAGA; CANGA, 2014). Em contrapartida, no começo dos anos 1950 os EUA continuavam a fornecer aeronaves "cansadas de guerra", como transportes C-47 e Catalina, caças P-47, treinadores T-6 e bombardeiros leves B-26 para praticamente todos os países latino americanos, todos eles produzidos antes de 1945 (SIPRI, 2023).

A postura dos EUA só se altera ao final da década de 1950, quando o país aprovou a transferência de jatos para países latino-americanos, quando Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia e México receberam aviões F-86 e F-80/T-33. No entanto, essas aeronaves vinham agora dos estoques da Guerra da Coréia e não representavam avanço significativo para as forças aéreas que já operavam caças à jato. Esse movimento, tal como apontado, estava associado a outros interesses. Por exemplo, no caso da Argentina, a venda de aeronaves F-86 ao país cumpriu a função de convencer o governo militar da "Revolução Libertadora" a desistir da construção de aeronaves a jato no país, que estavam em estado avançado de desenvolvimento, tornando o país dependente dos EUA nesse quesito. O foco dos EUA, a partir dos anos 1960, passou a ser o envio de aeronaves destinadas ao combate contra insurgentes, ou guerrilheiros, limitando ao máximo o envio de aeronaves modernas e negando-se a introduzir jatos supersônicos equipados com mísseis na América Latina (TEIXEIRA, 2018).

Para as marinhas a situação não era diferente, a não ser pelas diminutas quantidades de embarcações realmente destinadas para atividades militares. Em sua maioria, os registros apontam para a transferência de navios de transporte de tropas, rebocadores e navios logísticos, os quais cumpriam apenas funções de suporte às atividades navais e apoio nos portos. Os navios realmente destinados ao combate, nesse caso, ficam restritos aos poucos destroieres e submarinos transferidos entre o início dos anos 1950 e até o começo da década de 1970. Ao todo, 20 submarinos das classes *Balao* (7) e *Guppy* (13) foram destinados para alguns poucos países da América do Sul, dos quais nove enviados ao Brasil. A transferência de destroieres que serviram aos EUA durante o conflito mundial para as marinhas da América Latina atingiu o total de 38 embarcações, com as últimas entregues no ano de 1974. Enquanto Brasil e Argentina receberam 15 e 8 embarcações das classes *Fletcher*, *Sumner* e *Gearing* as demais embarcações foram divindades entre, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela. Nesse caso, fica claro a preferência às marinhas do Atlântico.

No caso do Brasil, Penha (2011) frisa que o país já tomava corpo da dimensão atlântica em suas diretrizes geopolíticas entre o fim dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950. Esta inserção do Brasil segundo o autor, ocorreu devido a dois episódios inter-relacionados: sendo o primeiro a assinatura do TIAR, em 1947, quando a defesa do Atlântico Sul foi designada ao país; e o segundo, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, uma instituição que teve forte inspiração na *Nacional War College*.

As bacias do Atlântico Sul, localizadas na costa brasileira e na costa africana, possuem milhares de metros de profundidade, favorecendo a furtividade dos submarinos nucleares para atacar seus alvos (CASTRO, 1984). Ayerbe (2002) afirma o Caribe e a costa Atlântica em sua porção meridional carecem de maiores atenções dos EUA, pois eram as regiões mais suscetíveis a receber um potencial ataque soviético.

Por conta disso, o fornecimento de equipamentos militares em sua maior parte enfatizava a proteção destas regiões, "destinando os recursos ao fornecimento de barcos, aviões de reconhecimento e treinamento para operações anti-submarinas" (SELSER; DIAS, 1975, p.61 *apud* AYERBE, 2002, p. 83). A Marinha brasileira, então "coirmã" da *US Navy*, era co-responsável pela proteção oceânica contra os submarinos soviéticos, dedicando "nesse sentido, todos os equipamentos e as manobras navais à luta antissubmarino" (COUTAU-BÉGARIE, 1985 *apud* PENHA, 2011, p. 100). Dentre os armamentos destinados a essa função, encontram-se também as aeronaves *Tracker* vendidas a Argentina (13), Brasil (19), Peru (16) e Uruguai (6) (SIPRI, 2023).

Os geopolíticos brasileiros daquele período, em especial militares, exploraram em seus estudos a função do Brasil na estratégia geopolítica hemisférica de contenção soviética no Atlântico Sul. O

General Golbery do Couto e Silva, ganhou um elevado destaque entre estes geopolíticos ao publicar o livro "Geopolítica do Brasil", em 1967. Na visão do Golbery, o Brasil deveria assumir uma posição mais ativa dentro bloco ocidental, e não ficar passivamente dentro da área de segurança estadunidense. A posição geográfica do Brasil no Atlântico Sul, sobretudo devido a sua grande extensão litorânea, o expunha às ameaças externas representadas pelo eixo Moscou-Pequim (BRIGOLA, 2021).

A Tese dos Hemiciclos, desenvolvida por Golbery na obra citada, retratava a projeção global brasileira. De acordo com o autor:

> [...] a distância do Atlântico Sul em relação ao *Heartland* eurasiático chamava o Brasil a desempenhar um papel proeminente na segurança sul-atlântica, porção do oceano à margem das disputas entre as potências mundiais. Para ele, assim como a costa oeste a América do Sul estava totalmente protegida pela imensidão do Oceano Pacífico e pela muralha natural da Cordilheira do Andes, a maior vulnerabilidade sul-americana residia na fachada atlântica, cujas terras avançavam em diagonal ao promontório nordestino (BRIGOLA, 2021, p. 72-73).

Contudo, o reconhecimento da importância brasileira na estratégia ocidental deveria ser assumido pelos EUA.

> Admitida essa importância, deveriam os Estados Unidos cooperar no sentido de promover o fortalecimento da economia nacional e, também e principalmente, preencher as enormes carências nacionais de instrumentos de defesa. Cumprido esse programa, teriam os Estados Unidos reforçado o território sul-americano contra os inimigos externos e internos e, ao mesmo tempo, protegido o Atlântico Sul e a África Meridional, outro ponto vulnerável da estratégia global do Ocidente. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 214).

A despeito da consciência criada entre os geopolíticos brasileiros sobre a importância do Atlântico Sul e da posição assumida em apoiar os esforços ocidentais em caso de confrontação com o bloco soviético, as relações com os EUA não propiciaram a efetivação de forças armadas capazes de contribuir de maneira decisiva em um conflito. Como observado, o Brasil foi o maior receptor dos navios cedidos pelos EUA a países membros do TIAR. Mesmo assim, a obsolescência desses meios e a pouca quantidade de navios face a imensidão do Atlântico Sul, jamais permitiriam que a Marinha brasileira operasse sem o auxílio da *US Navy* para vigiar o Atlântico Sul. Desse modo, nesse primeiro período da Guerra Fria, as relações entre o Brasil e os EUA não logrou nutrir as forças armadas com equipamentos atualizados para atingir os níveis operacionais almejados pelos geopolíticos e militares brasileiros.

Assim como nas demais forças armadas, as forças terrestres dos países latino-americanos também experimentaram a dependência das sobras de guerra dos EUA, e de forma ainda mais visível. Segundo os dados fornecidos pelo SIPRI (2023), o envio de material militar da Segunda Guerra e da

Guerra da Coreia se estendeu até o começo dos anos 1970. Nos registros retirados do instituto sueco, é possível notar a venda, transferência ou doação de blindados *Sherman*, M-8, M-41 e transportes meias lagarta M3 e M5, os mais novos fabricados em 1953, os quais passaram a compor as armas de cavalaria e infantaria blindada dos aliados latino-americanos até os anos 1990 e 2000 (SIPRI, 2023).

Da mesma maneira, o envio de peças de artilharia datados do mesmo período dotou os exércitos da região principalmente com obuseiros M-101 e M-114. Esse material estava completamente desatualizado em relação ao material do mesmo tipo em uso nos EUA e entre seus principais aliados na Europa. A única exceção para os exércitos é a venda de veículos de transporte blindados M-113, mais modernos e compatíveis com as doutrinas então empregadas, que chegou à soma de 1167 desses veículos, tornando o item mais numeroso enviado aos membros do TIAR, com o Brasil recebendo 607 desses blindados e a Argentina outras 272 unidades. Contudo, isso também se associava com o modelo de forças armadas que os EUA pretendiam moldar na América Latina.

As diretrizes da política externa estadunidense para América Latina foram alteradas significativamente após a eleição de John F. Kennedy à presidência dos EUA, em 1961. Impulsionado pela revolução cubana de 1959, bem como a ampliação do envolvimento dos EUA no sudeste asiático, alteraram as preocupações e as diretrizes do país em relação à segurança hemisférica. Vellozo Júnior (2006) aponta que expansão do comunismo a partir de núcleos da própria região, passou a se tornar prioridade, em substituição à visão da ameaça exógena. Desta forma,

> a noção de defesa continental que orientou os investimentos no aparelhamento da marinha e da aeronáutica, para o controle das vias de acesso de potências extracontinentais pela Costa Atlântica, cede espaço para uma visão centrada na contra-insurgência, fortalecendo as forças militares e paramilitares de cada país para enfrentar inimigos internos (AYERBE, 2002, p.123).

De acordo com Baines (1972), a alteração da condução da política externa estadunidense para a região, repercutiu no fornecimento de equipamentos militares por meio do PAM, passando a ser considerado que o elevado número de equipamentos pesados não seria mais viável, a exemplo de aeronaves e grandes navios. Estes foram substituídos em sua maior parte pelo fornecimento de equipamentos que fossem mais precisos para serem utilizados em eventos de contra insurgência, como veículos blindados de transporte, caminhões, entre outros). Na visão de alguns países, isso não era suficiente, e as recorrentes tentativas de aquisição de equipamentos modernos levariam a esses países a se voltar a outros fornecedores para driblar as restrições impostas pelos EUA.

Como lembra Lindsay-Poland (2019, s. p.), "desde a década de 1960, a ajuda militar dos EUA e as vendas de armas aumentaram e caíram em ciclos alternados", ocorrendo limitações significativas no fornecimento de equipamentos à América Latina após os anos de 1970, como será demonstrado a seguir.

A DÉCADA DE 1970 E A REVISÃO E ROMPIMENTO DOS ACORDOS COM OS EUA

A atenção dos EUA para as áreas consideradas estrategicamente mais importantes, deixou a América Latina atrasada em relação a equipamentos militares. Essa situação, logicamente, não era aceita pacificamente pelos comandantes militares da região, que repetidas vezes solicitavam acesso a equipamentos modernos, principalmente aeronaves. Por parte dos EUA, as negativas de fornecimento eram acompanhadas de justificativas socioeconômicas para impedir a aquisição de novas armas.

De acordo com Lindsay-Poland (2019, s. p.), as "implantações militares da era do Vietnã e programas de ajuda deram lugar ao levantamento de restrições". Aeronaves como os caças F-4 e F-5 estavam na pauta de aquisições de vários países da América do Sul, porém, como o documento do Departamento de Estado dos EUA aponta que:

> Desde 1963 o Governo dos EUA tem tentado atrasar a aquisição de aviões militares supersônicos na América Latina, ou pelo menos diminuir o ritmo. Ao fazê-lo, esperávamos limitar o desvio de recursos latinos de propósitos essenciais ao desenvolvimento econômico para usos militares, menos importantes (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1969, p. 1).

Essas condições ficaram mais restritivas quando as emendas *Conte-Long* e *Symington* foram adicionadas ao *Foreign Assistance Act* de 1967, limitando a venda ou doação de armas para países subdesenvolvidos, de modo a não incentivar corridas armamentistas, mas, principalmente, impedir que essas nações pudessem honrar empréstimos firmados com bancos ocidentais. A respeito dessas emendas:

> A primeira delas proibia o emprego da ajuda militar para "a transferência de armas 'sofisticadas' às nações subdesenvolvidas, exceto onde o presidente a considerasse 'vital para a segurança da nação'" (Kaplan, 1975:419). A segunda estabelecia a limitação de ajuda econômica a países com gastos militares excessivos. (MARTINS FILHO, 2005, p. 45-46)

Ainda em Comblin (1978), a postura norte-americana de restringir equipamentos para a guerra convencional a partir da década de 1960, fez os países da região procurarem por esse material em mercados europeus. Segundo Teixeira (2018), após as negativas emperrarem os processos de modernização das forças aéreas sul-americanas nos anos 1960, vários países procuraram fornecedores na Inglaterra, mas sobretudo na França, de modo a adquirir caças supersônicos e aeronaves de

treinamento e ataque. O avião escolhido para ser o principal avião de combate das forças aéreas da região foi o caça francês *Mirage* III e suas variantes, que foi comprado por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Junto com essas aeronaves, foram incorporados os primeiros mísseis para combate em aviões da América Latina, com o Peru e Brasil sendo os primeiros a introduzi-los da região.

Enquanto o ápice do envio de aeronaves dos EUA para a América do Sul foi entre os anos 1952/1960, a primeira década desde a criação do PAM, nas décadas seguintes há uma drástica redução, ao passo que as importações de nações europeias se elevaram. A perda do controle estadunidense sobre as compras das Forças Armadas da América Latina levou-os a flexibilizar a venda de aeronaves de combate, permitindo que o caça fosse oferecido aos países da região, que efetivamente seriam adquiridos por Brasil, Chile, Honduras, México e Venezuela. Apesar dessa flexibilização, os EUA haviam perdido o posto de fornecedor de equipamentos militares avançados, que a partir dos anos 1970 passou aos países europeus, relegando os norte-americanos ao fornecimento de material leve e outros equipamentos para controle de insurgentes.

Mesmo que a região vivenciasse desde a década de 1960 uma onda de regimes militares, monitorados e impulsionados por Washington, estes regimes passaram a aderir a ideais nacionalistas, tornado seus interesses nacionais como prioridade, em detrimento de orientá-los apenas pela oposição Leste-Oeste. O desenvolvimento econômico passou a ser fator que dava face a política externa e não apenas a ideologia (BRIGOLA, 2021).

Deste modo, a estratégia estadunidense para a região passou a olhar com desconfiança esse novo pensamento nacionalista militar, principalmente porque significaria o abandono da estratégia de segurança nacional imposta pelos EUA. Agora, apenas o apoio aos governos militares não seria o suficiente, era necessário analisar que tipo de governo militar seria formado, e dividi-los em "garantidos" e "nacionalistas" (COMBLIN, 1978).

Esta mudança de pensamento de parte das lideranças regionais gerou a recusa estadunidense para o fornecimento de equipamentos sofisticadas para guerras convencionais a estes países, limitando as remessas apenas ao necessário para o combate à subversão interna e praticamente suprimiu o PAM em 1976 (COMBLIN, 1978). A posição dos EUA para a América Latina viria a se alterar ainda mais com a chegada do governo Jimmy Carter (1977-1981) à Casa Branca, que tinha postura crítica aos regimes ditatoriais da América Latina.

O governo Carter logo no início de seu mandato começou a questionar a situação do respeito aos direitos humanos nos governos da região, que sabiamente operavam fora da legalidade local e internacional, perseguindo dissidentes políticos, além de torturar e matar opositores ao regime. Assim, no primeiro contato entre representantes do governo estadunidense com o governo brasileiro, em 1977,

ao questionar a situação interna do Brasil, o regime brasileiro se recusa a discutir tais questões, denunciando o acordo militar de 1952, além de recusar assistência militar condicionada a interferência de governos estrangeiros. Segundo aponta Araújo (2017):

> A carta, publicada pelo Jornal do Brasil, dizia: "O governo brasileiro recusa de antemão qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame prévio, por órgãos de governo estrangeiro, de matérias, que, por sua natureza, são da exclusiva competência do governo brasileiro" (ARAÚJO, 2017).

O rompimento do acordo militar não impediu que o Brasil continuasse a adquirir equipamentos e peças de reposição para suas armas, mas daquele ponto em diante, o financiamento e subsídios para essas aquisições teriam mais dificuldades para aprovação, como fica claro nos anos 1980, quando o país busca adquirir mais jatos F-5 e tem as negociações dificultadas pelo governo dos EUA, que só liberou os jatos após o Brasil iniciar negociações com a República Popular da China para a compra de cópias chinesas de jatos Mig (MORIAH, 2019).

Os governos latino-americanos, por essa época, também passaram a investir em sua indústria de defesa autóctone, impulsionando a construção de veículos blindados leves, aeronaves de transporte e ataque e também embarcações, contanto em alguns casos com o apoio de países europeus para o fornecimento de materiais necessários a fabricação desses itens e que esses países não tinham condições de produzir, como peças dos sistemas de armamentos e equipamentos eletrônicos. Nesse quesito, os países do ABC, Argentina, Brasil e Chile foram especialmente bem sucedidos, conseguindo inclusive exportar aeronaves e tanques construídos nesses países.

Face as dificuldades impostas para as negociações e a entrada de fornecedores europeus na região, que ofereciam equipamentos mais avançados do que os disponibilizados e condições de pagamento vantajosas, o fluxo de armamentos que fora substancialmente diminuído quando comparado com os anos 1950 e 1960, manteve o foco no combate a insurgentes. No final da década de 1970, segundo os dados fornecidos pelo SIPRI (2023), aviões de transporte, helicópteros e jatos de ataque começaram a ser enviados para a região, sendo que a maior parte deles, agora, eram oriundos dos estoques da Guerra do Vietnã, onde haviam cumprido a missão de combate a guerrilheiros e na América Latina, iriam ainda servir na nova guerra pensada pelos EUA.

A DERROCADA DA GUERRA FRIA: A GUERRA DAS MALVINAS, REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA DO LATINA E A "GUERRA ÀS DROGAS"

Iniciado os anos 1980, diversos eventos remodelaram as relações entre os EUA e a América Latina. Com a eleição do republicano Ronald Reagan (1981-1989), a política externa dos EUA em

relação a URSS passou por um revigoramento, por conta do discurso militarista e ofensivo. Uma postura totalmente contrária à de seu antecessor, Jimmy Carter, o qual ficou marcado por uma política externa pouco intervencionista e defensor dos direitos humanos.

De acordo com Kissinger (2007, p. 670), "Reagan fora eleito com a promessa de lutar contra o comunismo e cumpriu sua palavra". No âmbito global a política externa defendida por Reagan possuía uma conotação extremamente militarista. Em seu governo, o orçamento em defesa passou a receber mais recursos, além do aumento da presença estadunidense em áreas geopoliticamente estratégicas como Oriente Médio e Ásia Central.

No âmbito regional, o governo Reagan passou a criticar duramente o modo em que Carter conduziu a sua política externa, alegando que o mesmo foi responsável pelo enfraquecimento da Doutrina Monroe na região, e o acusando de permitir que ideologia comunista se espalhasse pelos governos regionais (BRIGOLA, 2021). Na concepção de Reagan, Washington havia "aberto mão de suas posições nas Américas durante a Guerra Fria e havia chegado a hora de recuperá-las" (PECEQUILO, 2011, p. 235).

A retórica anticomunista repercutiu nas ditaduras militares da América Latina e incentivaram movimentos de combate a guerrilheiros e opositores em diversos países. Na América do Sul, esse discurso cativou principalmente o governo militar argentino, que ao se alinhar com a luta anticomunista, buscava se posicionar como principal aliado na região, ao mesmo tempo que lutava contra uma crise econômica e política internamente (MONIZ BANDEIRA, 2003).

O agravamento das crises no país sul-americano levou os generais da junta militar que comandavam o país a optar por uma ação militar para recuperar as Ilhas Malvinas e outras ilhas próximas a Antártica no primeiro semestre de 1982. Com seu apoio à causa maior dos EUA, a Argentina esperava contar com as vistas grossas de seu aliado e apenas com protestos diplomáticos por parte da Inglaterra. No entanto, o que se viu foi uma forte reação militar inglesa, com o envio da maior frota naval desde a Segunda Guerra e o intenso uso de seus meios para recuperar as ilhas invadidas pelos argentinos. Enquanto isso, os EUA, do qual os argentinos esperavam pelo menos a neutralidade, optou pelo apoio aos britânicos, seus aliados na OTAN, fornecendo materiais militares para a luta contra as tropas da Argentina.

Com o apoio dos EUA aos ingleses e a consequente derrota argentina, o argumento estadunidense da solidariedade hemisférica ruiu, enfraquecendo a credibilidade que diversos países da região depositavam no TIAR e nas condições dos acordos firmados, que poderiam ser preteridos em prol de aliados de outros continentes. Ao longo da década de 1989 vários países da América do Sul iniciaram o processo de redemocratização, situação que recebeu apoio da comunidade internacional, incluindo os

EUA, que haviam sustentado nas décadas anteriores os golpes militares na região. Simultaneamente a este processo, outro fator aparece na agenda estadunidense para os países da região: o combate às drogas.

Embora a política de combate às drogas tivesse início nos EUA em gestões anteriores a de Reagan, foi na sua gestão que ela ganhou *status* prioritário, com engajamento do presidente e da Primeira-dama, Nancy Reagan. Ao mesmo temo, esse combate assumiu o caráter de "Guerra" com a militarização das políticas de enfrentamento nos países latino-americanos que eram produtores de drogas. O governo Reagan por meio de órgãos como o DEA (*Drug Enforcement Administration*/ Agência norte-americana de Combate ao Narcotráfico), do FBI, e da polícia de países Europeus, do México e da América do Sul formalizou uma estratégia em escala continental e extracontinental para o combate à produção e tráfico de substâncias consideradas ilícitas (FRAGA, 2007).

As principais preocupações do governo estadunidense foram registradas no documento *National Security Decision Directives* (NSDD) - 221, publicado em 1986. De acordo com o documento, o tráfico de entorpecentes: desestabilizava os governos democráticos aliados, corrompendo suas instituições políticas e judiciárias; contribuem para o aumento da violência nos países produtores e consumidores; colaboravam com a aquisição de armamentos ilegais, assim como o dinheiro ilegal da venda de entorpecentes aumentava o poder de grupos insurgentes, financiando grupos terroristas (THE WHITE HOUSE, 1986).

Esta política de combate ao narcotráfico foi realizada por meio de diversas medidas práticas, sendo elas: a assistência a outras agências governamentais dos EUA, tanto no planejamento como na execução de grandes operações contra-narcóticos; a coleta, análise e disseminação de serviços de inteligência; realização de exercícios em pequena escala, visando melhorar o planejamento, inteligência, mobilidade e as comunicações; assessorar treinamentos das forças militares de outros países em seu planejamento e execução das políticas antidrogas; e fornecer suporte técnico e material com o intuito de garantir a melhoria na capacidade de governos estrangeiros atuarem no combate à produção e ao tráfico de entorpecentes (THE WHITE HOUSE, 1986).

Também em 1986, o governo estadunidense elaborou uma lista constando os 30 países classificados como prioritários no combate às drogas. Estes países se enquadravam na categoria de produção de drogas ou rota do tráfico, e deveriam engajar suas políticas internas na contenção destes eventos, seguindo os padrões impostos pela Casa Branca, caso contrário resultaria em sanções econômicas por parte dos EUA, situação que poderia acarretar problemas em suas economias (FRAGA, 2007).

> A inclusão nesta lista, que normalmente abrange 30 países, automaticamente inicia um processo de sanções, a menos que o presidente decida "certificar" o país. Aqueles que se consideram inteiramente cooperantes nos esforços para o controle das drogas são certificados. Aqueles considerados pouco cooperativos perdem o certificado, o que resulta em cortes na assistência do governo dos Estados Unidos (com exceção da ajuda humanitária e dos fundos para o controle das Drogas), oposição dos Estados Unidos à concessão de empréstimos multilaterais para o desenvolvimento para esses países e o estigma de ser marcado como nação traficante de drogas (FALCO, 1998, p. 146 *apud* AYERBE, 2002, p. 215).

Com mais esse *front* aberto pelo governo Reagan, o combate ao tráfico de drogas teve seus recursos significativamente aumentados até o fim da década de 1980. Os valores dispendidos estavam destinados a duas frentes: o combate à oferta e o apoio a programas de redução da demanda. Enquanto o combate à oferta de drogas deveria ser realizado fora das fronteiras do país, focando na erradicação de plantações de maconha e coca nos países latino-americanos, a redução da demanda seria executada junto à população estadunidense, em programas de prevenção, educação, tratamento, reabilitação e repressão, de modo a conscientizar crianças e adolescentes sobre os riscos do vício em drogas, com amplas campanhas em diversas mídias.

Dos recursos dispendidos para o combate à produção de drogas, a maior parte foi destinada a três países: Bolívia, Colômbia e Peru. Esses eram os principais produtores de cocaína da América do Sul, sendo que a Colômbia possuía na década de 1970 uma posição de destaque no refino da substância, se responsabilizando por aproximadamente 75% do tráfico dos países andinos com o destino ao mercado estadunidense (BAGLEY, 1988).

Na Colômbia, grupos guerrilheiros de orientação marxista, como as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), e grupos que dominavam cartéis de drogas passaram a ganhar força, surgindo então na década de 1980 o conceito de "narcoterrorismo", sendo expressado pela primeira vez "pelo embaixador norte-americano na Colômbia, que buscava qualificar o 'terrorismo' praticado pelos grupos do 'narcotráfico' colombiano" (MONTEIRO, 2014, p. 182).

Esse tipo de qualificação também servia ao Peru, que também combatia guerrilhas com perfil revolucionário e grupos produtores de drogas. Já a Bolívia, que havia sufocado movimentos rebeldes e tentativas do estabelecimento de um movimento guerrilheiro liderado por Ernesto "Che" Guevara nas décadas anteriores, se concentrou na repressão ao plantio de coca.

Juntos, esses três países receberam a maior parte da atenção do governo Reagan, estabelecendo compromissos de ajuda e treinamento de suas forças armadas e policiais. Para isso, os EUA passaram a enviar assessores militares para treinar equipes locais dos exércitos no combate a guerrilheiros e agentes do DEA (*Drug Enforcement Administration*) para orientar as forças policiais desses países na destruição das plantações (CASTRO, 2018).

O apoio ao combate ao narcotráfico a esses países também se refletiu no material de defesa destinado a eles. O que antes era enviado para combate a grupos insurgentes, passou a ser justificado pela guerra contra as drogas, com poucas mudanças no tipo de equipamentos recebidos. É importante frisar que naquele período, a ajuda militar fornecida pelos EUA pelo PAM já havia sido cancelada. Porém, a aquisição pelos países da América do Sul de equipamentos militares importados de Washington, mesmo que de maneira mais modesta que nos anos 1960 e 1970, ainda continuava.

Tal como nas décadas anteriores, a grande maioria dos equipamentos era de segunda mão, sendo repassada aos países latino-americanos que deveriam providenciar a reforma e manutenção dessas armas. Um caso que contraria a lógica empreendida durante todo o período da Guerra Fria, foi a venda de 24 caças F-16 para a Venezuela, no ano de 1983 (SIPRI, 2023), que junto com seu armamento, consistia nos mais modernos aviões de combate da região, continuando assim até o começo dos anos 2000. Tal fato se explica pela posição venezuelana de importante fornecedor de petróleo para os EUA, que tal como países da região do Golfo Pérsico, tinham preferência para recebimento de equipamentos mais modernos, usando suas reservas petrolíferas como garantia. Enquanto isso, os demais países continuaram a receber os mesmos tipos de equipamento já conhecido e com foco ao uso dentro de seus territórios.

Além de uma grande variedade de pequenas aeronaves de transporte de origem civil adquiridas pelas forças aéreas da região, os principais modelos militares que compunham a iniciativa eram o avião A-37 e OV-10, juntamente com o helicóptero UH-1, todos eles oriundos da Guerra do Vietnã. Nesse sentido, em números absolutos, a Colômbia foi o país que mais importou aeronaves dos EUA entre os países sul-americanos neste período. Esse país recebeu 39 helicópteros UH-1, 32 A-37 e 16 OV-10. De fato, estas aquisições indicaram o comprometimento do governo colombiano com a agenda de segurança de Washington, considerando que a Colômbia era o principal produtor e exportador de cocaína entre os países da América do Sul. Suas relações iriam perdurar durante os anos 1990 e 2000, quando seria criado o chamado Plano Colômbia, que atrelaria ainda mais a agenda do país sul-americano a agenda de segurança e defesa dos EUA.

A Bolívia também se beneficiaria com a entrega de 28 helicópteros UH-1 usados. Com esses equipamentos, a partir de 1987, foi criada a força tarefa "*Diablos Rojos*", destinada principalmente no combate ao narcotráfico (CAROL, 2021). Ao Peru, coube a transferência de 15 helicópteros do modelo UH-1 e variantes. Além disso, esses países receberam aeronaves de transporte C-130, também em condições usadas.

Ao final da década, no ano de 1989, o Congresso dos EUA delegou o papel para detecção e monitoramento das drogas provindas do exterior ao Departamento de Defesa, passando o Pentágono a

utilizar seus recursos para realização de atividades operacionais, como voos e patrulhas marítimas, construção de radares e ações de vigilância (JORGE, 2009). Dessa maneira, as ações conjuntas com os países latino-americanos ficaram atrelada em definitivo ao aparato de defesa dos EUA, que estabelecia as metas e a doutrina de emprego dos recursos que lhes eram repassados. É importante lembrar a possibilidade de ter havido lobby dos militares para continuarem recebendo alto orçamento no setor de defesa, o que não se justificaria sem um novo inimigo a substituir a URSS que se encontrava em constante declínio, neste caso, o narcotráfico.

Cabe frisar que, de acordo com Vitelli (2020), com fim do período bipolar e a superação da ameaça ideológica ao hemisfério, levantou-se a questão de como a segurança deveria ser concebida na América Latina, e também sobre quais papéis as Forças Armadas deveriam desempenhar na região, inclusive na contenção ao tráfico de ilícitos. E ainda, como frisa Milani (2021), entre as áreas da América Latina que passaram a ter a maior atenção de Washington, a região andina da América do Sul, por conta do narcotráfico, foi considerada como uma região instável e como fonte de ameaças para a segurança estadunidense, tendo esse *status* se estendido pelo período pós-Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre os países da América do Sul e os EUA durante a Guerra Fria nunca esteve no mesmo patamar como com a de outros aliados de outras regiões. Como apontado, os interesses dos EUA em bloquear os avanços da URSS no interior do *Heartland* levou-o a fortalecer a região circundante do continente eurasiático, a partir da formação de Organizações de Cooperação em Defesa, ao passo que outras regiões, como a América Latina, que estavam distantes dessa área primária de confrontação, se tornaram secundárias em sua estratégia.

Mesmo com os países da região se comprometendo com a macro estratégia dos EUA e o alinhamento no combate ao comunismo, essa posição não se traduziu em vantagens para construção e aparelhamento dos seus aparatos de defesa. Pelo contrário. A posição de aliança com os EUA em diversos momentos se traduziu na inanição das forças armadas dos países latino americanos e no enviesamento de seu treinamento, moldando-as para o combate a contra insurgência que, na prática, acarretava a defasagem de suas equipagens as de outros aliados e reforçava uma postura autoritária, focada no combate ao inimigo interno, que significava a repressão de suas populações.

Durante os períodos analisados no texto, fica evidente que os EUA se recusavam a apoiar a modernização das forças armadas da América Latina, sobretudo dos países da América do Sul. Tal condição fica ainda mais claro quando analisamos os equipamentos destinados as forças aéreas. As

tentativas de alguns países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela de adquirir modernos jatos de combate nos anos 1960 são negadas pelos EUA repetidas vezes. A posição do governo estadunidense só se altera, após a entrada de países europeus como fornecedores de armas no mercado sul-americano.

Década após década os materiais que eram entregues aos países latinos derivavam dos estoques da última guerra travada pelos EUA, com raras exceções como apresentado. Desse modo, a influência dos EUA na região não se traduziu em melhoria para o aparato de defesa de seus aliados, o que levou ao questionamento dessas alianças. A ruptura dos acordos militares entre Brasil e EUA em 1977, somada a postura deste país durante a Guerra da Malvinas ao apoiar a Inglaterra em detrimento da Argentina, que se colocava como país mais alinhado à sua estratégia na região, colocaram em xeque a real validade das alianças com a superpotência. Assim, nos anos 1980 o eixo principal de interação se desloca dos países do Cone Sul para a região noroeste, focando na produção de drogas da Colômbia e seus vizinhos como argumento para inserção na região.

Como resultado das quase cinco décadas de influência militar estadunidense na região, parte dos países teve suas forças armadas praticamente transformadas em aparato policial superdimensionada, enquanto outros buscaram fornecedores no mercado europeu de armamentos ou então o desenvolvimento autóctone desses equipamentos. Por fim, deve-se apontar que os acordos militares estabelecidos, principalmente o TIAR, jamais tiveram interesse em beneficiar os países da América Latina, mas sim, fixar os limites para a construção de suas forças de defesa sob o pretexto da segurança coletiva e apoio mútuo em caso de conflito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. “BR- US - Acordo Militar Brasil-EUA (1952)”. **Defesanet** [2017]. Disponível em: <www.defesanet.com.br>. Acesso em: 15/03/2023.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAGLEY, B. M. “The New Hundred Years War? U.S. National Security and the War on Drugs in Latin America”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 30, n. 1, 1988.

BAINES, J. M. “U.S. Military Assistance to Latin America: an assessment”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 14, n. 4, 1972.

BRIGOLA, H. F. **Geopolítica das relações entre EUA e América do Sul**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

CAROL, M. “La Fuerza de Tarea Aérea ‘Diablos Rojos’ de Bolivia Cumple 34 anos operando em la Amazonía”. **Defensa.com** [2021]. Disponível em: <www.defensa.com>. Acesso em:16/02/2023.

CASTRO, H. “A Histórica Atuação dos Estados Unidos na Condução da Guerra Às Drogas na Bolívia”. **Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Paulo: ENABED, 2018.

CASTRO, T. “O Atlântico Sul no contexto regional”. **A Defesa Nacional**, n. 714, 1984.

COMBLIN, J. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations Of The United States**: 1969 – 1976. Washington: Government Printing Office, 1969.

FRAGA, P. C. P. “A Geopolítica das drogas na América Latina”. **Revista em Pauta**, n. 19, 2007.

GADDIS, J. L. **Strategies of Containment**: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War. New York: Oxford University Press, 2005.

GIANNASI, C. A. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)** (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 2011.

GONÇALVES, W. S.; MIYAMOTO, S. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 12, 1993.

JORGE, B. W. G. A. “A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009”. *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama**: políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KISSINGER, H. A. **Diplomacia**. Lisboa: Editora Gradiva, 2007.

LINDSAY-POLAND, J. “Making Visible the Weapons of Empire”. **Nacla** [2019]. Disponível em: <www.nacla.org>. Acesso em: 25/03/2023.

MARTINS FILHO, J. R. “As Políticas Militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)”. **Teoria e Pesquisa**, vol.1, n. 46, 2005.

MILANI, L. P. “US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?”. **Contexto Internacional**, vol. 43, n. 1, 2021.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: Conflito e Integração na América do Sul –Da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

MONTEIRO, L. C. R. **Segurança na América do Sul**: a construção regional e a experiência colombiana (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

MORIAH, R. “Brasil ficou perto de comprar caças MIG-21 feitos na China”. **Airway** [2019]. Disponível em: <www.airway.com.br>. Acesso em: 15/06/2022.

OLEAGA, M.; CANGA, D. **Avion de Havilland Vampire**. Santiago: Museo Nacional Aeronáutico y del Espacio, 2014.

PAGLIARI, G. C. “Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 49, n. 1, 2006.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Editora da UFBA, 2011.

SPYKMAN, N. **America´s Strategy in World Politics**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. “Arms Transfers Database”. **Stockholm International Peace Research Institute** [2023]. Disponível em: <www.sipri.org>. Acesso em: 12/03/2023.

TEIXEIRA, V. M. “A Influência da França na Modernização Militar Sul-Americana Durante a Guerra Fria”. **Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Paulo: ENABED, 2018.

TEIXEIRA, V. M. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020,

THE WHITE HOUSE. **National Security Decision Directives – 221**: Narcotics and National Security. Washington: The White House, 1986.

VELLOZO JÚNIOR, J. **Dinâmicas de (in)segurança regional nos países em desenvolvimento**: uma perspectiva brasileira para a América do Sul (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2006.

VENERONI, H. L. **Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de La America Latina**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971.

VITELLI, M. G. “The Impossibility of a Defence Policy in the Americas? Comparing Hemispheric and South American Security Concepts and Military Roles”. **Contexto Internacional**, vol. 42, n.1, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 40| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima